

## **ERA VARGAS E PÓS DITADURA MILITAR: o uso da antropometria e do discurso médico para apagamento de corpos dissidentes de gênero e sexualidade**

*VARGAS ERA AND POST MILITARY DICTATORSHIP: the use of anthropometry and medical discourse to erase dissident bodies of gender and sexuality*

GRASSINE; Mestre; Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ggrassine@esdi.uerj.br

ALTMAYER, Guilherme; Doutor; Universidade do Estado do Rio de Janeiro

galtmayer@esdi.uerj.br

### **Resumo**

A intenção desta escrita é evidenciar como o Brasil passou e ainda passa por processos higienistas com relação a corpos dissidentes de gênero e sexualidade (LGBTIAPN+), e como a antropometria física foi essencial para potencializar discursos médicos e a vigilância de estado como forma de controle sobre esses corpos, a partir da abjeção. Passando por dois períodos: o primeiro no governo Vargas com o médico legista Leonídio Ribeiro, responsável por estudos que identificam criminosos, justificando seu mau caráter a partir de características homossexuais; e o segundo momento, pós ditadura militar no Brasil, com a Operação Tarântula, promovida pela polícia de São Paulo, que se utilizou da epidemia da AIDS para prender travestis que trabalhavam com prostituição. Por fim, objetiva articular e apontar como o design, a antropometria e ergonomia, são campos com potencial para a criação de novos imaginários e inclusão de corpos dissidentes sexuais e de gênero em suas práticas projetuais.

**Palavras Chave:** Design político; Estudos antropométricos; Dissidências sexuais e de gênero.

### **Abstract**

*The intention of this writing is to highlight how Brazil went through and still goes through hygienist processes in relation to gender and sexuality dissident bodies (LGBTIAPN+) and how physical anthropometry was essential to enhance medical discourses and state surveillance as a form of control over these bodies from abjection. Going through two periods, the first in the Vargas government with the coroner Leonídio Ribeiro, responsible for studies that identify criminals, justifying their bad character based on homosexual characteristics; and the second moment, after the military dictatorship in Brazil, with Operation Tarantula promoted by the São Paulo police, which used the AIDS epidemic to arrest transvestites who worked in prostitution. Finally, it aims to articulate and point out how design, anthropometry and ergonomics are fields with potential for the creation of new imaginaries and the inclusion of sexual and gender dissident bodies in their design project practices.*

**Keywords:** Political design; Anthropometric studies; Sexual and gender dissent.

## 1 Introdução

A discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) não surgiu durante a ditadura. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social, e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família. (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.300)

No século 18, no ocidente, predominava um sistema de “sexo único”, onde o homem era visto como o ser humano 'original', que possuiria uma inversão – a mulher – cujos órgãos sexuais eram internos, devido à falta de calor (Laqueur, 2001). Acreditava-se, inclusive, que seria possível um corpo feminino transformar-se em masculino quando recebesse calor. O inverso, porém, não era possível, uma vez que também era afirmado que a natureza ia sempre em direção à perfeição (Portinari; Rodrigues, 2016). E, quando mulheres apresentavam posturas ditas masculinas, ou se passavam como homens, eram entendidas como fraudes, o que nos leva a pensar que o problema maior talvez fosse a impostura e a consequente apropriação de direitos e privilégios do “homem”, mais do que o próprio desvio sexual, este sim associado a transgressão de valores masculinos (Friedli, 1999)

A cultura renascentista marca uma nova concepção do homem e do universo inspirada nas obras humanistas dos gregos e romanos, opondo-se à mentalidade medieval. O teocentrismo foi substituído pelo antropocentrismo, isto é, o centro das preocupações humanas deixa de ser Deus e passa a ser o próprio "homem". (Gomes; Santos, 2009, p.3)

O termo “homem” era e é um termo comumente utilizado para denominar genericamente o indivíduo da espécie humana, independentemente de sexo. O termo vem caindo em desuso, em resposta às críticas dos movimentos feministas que apontam a relevância política da linguagem. A utilização da palavra “homem” como equivalente do ser humano possui diversas origens, como na Grécia Antiga, onde os homens de fato eram tratados como o sexo padrão, e mulheres vistas como um "desvio" de uma suposta grandiosidade masculina, tanto que os estudos do homem a partir da relação do corpo levaram a constituição de um campo de conhecimento que se voltaram à análise de estigmas corporais. Buscava-se, particularmente, estudar a cabeça e o rosto, procurando sempre articular a parte externa do corpo às particularidades da espiritualidade. O termo ainda remonta quando da denominada Declaração Universal dos Direitos do Homem, fruto do iluminismo e Revolução Francesa, ambos durante o século XVII. Ou até mesmo na religião cristã, onde na Bíblia o versículo Gênesis 5:2 é afirmado que: “Homem e mulher os criou; e os abençoou, e os chamou pelo nome de homem, no dia em que foram criados.”

Pensando na construção da categoria homem, e nos mecanismos de uma soberania masculina, qualquer indício de desvio do que era entendido como homem, abriria brechas para investigar o porquê certas pessoas negavam a masculinidade, e até mesmo o papel de ser homem. Com isso, voltando no tempo, para a Antiguidade, a figura do hermafrodita, a partir do modelo descrito por Laqueur (2001), foi fortemente relacionada ao imaginário místico e religioso presente nos discursos filosóficos da época. Esta crença persistiu e atravessou imagens e simbolismos associados ao hermafrodita e ao andrógino ao longo da Idade Média e do Renascimento (Leite Jr,

2011).

A partir dos ideais iluministas, se busca romper com uma episteme arcaica e mística, e entra em questão o dimorfismo sexual<sup>1</sup>, sob o apoio da ciência moderna. Esta, por sua vez, se consolidará como a principal instituição responsável pela classificação, a normatização, a mensuração e o controle da diversidade de experiências de gênero e sexualidade. Tendo como pano de fundo a emergência do evolucionismo darwiniano a partir dos anos 1860, cabia aos antropólogos físicos, sobretudo, o estudo e a classificação dos “homens” por meio de detalhadas caracterizações morfoanatômicas das várias partes do corpo (Leite, 2008). Essa tarefa era exercitada não somente para estabelecer classificações taxonômicas, mas também para compreender como os corpos haviam se constituído (Souza; Ventura, 2012). As análises realizadas pelos antropólogos físicos foram aplicadas na definição de biopolítica que, ao examinar os corpos, visavam reunir conhecimentos a serem empregados na compreensão, no monitoramento e na governança das coletividades humanas.

Viajando no tempo mais uma vez, agora para o século XX, e para o primeiro recorte temporal que será discutido neste artigo - a década de 1930, o médico legista brasileiro Leonídio Ribeiro Filho, influenciado pelos estudos dos cientistas e médicos espanhóis, Gregório Marañon e Cesare Lombroso, escreve o livro *Homossexualismo*<sup>2</sup> e *endocrinologia* (1938). Nele, uma série de imagens identifica sujeitos como criminosos da cidade do Rio de Janeiro (Bezerra e Ribeiro, 2020), expandindo e difundindo sua pesquisa para livros médicos e códigos penais como em *Medicina Legal e Criminologia* (1949) e o *Novo Código Penal e a Medicina Legal* (1942).

No fim do século XIX, surge a criminologia, que se tornará famosa graças ao médico italiano Cesare Lombroso. Para este doutor, que criou a tese do criminoso nato, tais pessoas, assim como qualquer tipo de delinquente em geral poderiam ser identificadas por seu padrão corporal. Quanto mais próximo alguém estivesse do ideal de equilíbrio e harmonia entre as partes do corpo, exemplificada nas figuras greco-romanas e renascentistas, mais próximos de ser uma pessoa saudável, honrada, trabalhadora digna e de elevada moral. Quanto mais distante, mas associada ao crime, a degeneração e a ignorância. (Leite Jr, 2011, p. 64)

Foi no período da Era Vargas<sup>3</sup> (1930-1945), que se intensificaram esses estudos, ganhando força em São Paulo, com Aldo Sinisgalli junto ao Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação de São Paulo, a partir dos estudos de Leonídio (Trevisan, 2000).

Avançando mais uma vez no tempo, para o período da Ditadura Militar<sup>4</sup> (1964-1985), segundo recorte temporal proposto para o presente artigo é vivenciado um período de muita repressão para as homossexualidades - nomenclatura adotada para se referir a pessoas LGBTIAPN+, que sofreram censura e invisibilização. As perseguições, que se intensificaram no pós-ditadura e na epidemia de HIV/AIDS, com as operações policiais comandadas, especialmente, pelo delegado José Wilson Richetti, que ganha o nome de Operação Tarântula em 1987, são direcionadas contra corpos de pessoas trans e travestis que trabalhavam com prostituição. A operação era justificada pela lei da vadiagem, que condenava qualquer pessoa que não portasse

<sup>1</sup> No final do século XVIII, a ideia de anatomias opostas e complementares caracterizou a interpretação das diferenças entre homens e mulheres. (Schiebinger, 2004)

<sup>2</sup> A grafia da época escrevia homossexualismo, com apenas um “s”, tendo como fonte a capa do livro.

<sup>3</sup> Era Vargas é o período da história do Brasil entre 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos e de forma contínua. Compreende o Governo Provisório, o Governo Constitucional e o Estado Novo.

<sup>4</sup> A ditadura militar brasileira foi o regime instaurado no Brasil em 1 de abril de 1964 e durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares ditatoriais.

uma carteira de trabalho assinada.

Esses dois momentos da história brasileira são marcados por intensa criminalização de corpos dissidentes, e a perspectiva higienista, vista desde Leonídio até a operação tarântula, persiste e ganha novos contornos, como visto no período da pandemia COVID19, onde mais de 700 mil<sup>5</sup> pessoas morreram por falta de iniciativas e políticas públicas do governo, atingindo especialmente pessoas de classe baixa, negras e dissidentes de gênero.

O corpo e suas categorias são espaços de disputa desde sempre, e a antropometria física aliada aos recursos médicos, se tornou uma ferramenta potente de controle populacional e por conseguinte também reguladora dos corpos. Este texto objetiva, refletir sobre as formas de controle do corpo dissidente a partir de dois momentos na história do Brasil, mais especificamente no sudeste, evidenciando como a antropometria serviu para que discursos médicos utilizassem de políticas higienistas para promover violências contra a população LGBTIAPN+. E, para além de historicizar de forma breve os dois momentos citados, busca-se evidenciar como consequentemente a binaridade de gênero é incluída em livros de ciências da educação básica infantil até questões mais complexas dentro da ergonomia, que categorizam corpos de forma reduzida através do binário homem e mulher. O campo do design, assim como outros campos da ciência corroboram, portanto, com a cisheteronormatividade<sup>6</sup> - assim objetivamos aqui dar a ver no design esses pontos de reforço de abjeção.

Concluimos o presente artigo com propostas de produção de novos imaginários sobre a forma do corpo e seus desenhos, para que práticas higienistas e normativas sejam evidenciadas e denunciadas, e para que corpos abjetos possam ser visibilizados para além das margens, da prostituição, das notícias de morte e agressões que estão diariamente em veículos midiáticos.

## 2 Historicizando políticas de higienização contra população LGBTIAPN+

Nesta repartição aportamos um breve histórico sobre dois momentos que articulam sobre a proposta higienista contra corpos dissidentes, e que entendemos contribuir para a conformação de subjetividades que atravessam também o campo do Design. O primeiro, a era Vargas (1930-1945), tem como foco o trabalho do médico legista e endocrinologista Leonídio Ribeiro Filho a partir de seu livro Homossexualismo e endocrinologia de 1938. Na obra, o médico realiza testes endócrinos objetivando comprovar cientificamente a possibilidade de identificação de homossexuais, além de apontar para a cura de seus 'males'. Em um segundo momento, no pós Ditadura Militar no final da década de 1980, abordaremos as operações comandadas pelo delegado José Wilson Richetti, atentando contra corpos de travestis de São Paulo, e como até em períodos anteriores, entre 1980 a 1985, o delegado em questão já havia apreendido mais de 1.500 pessoas trans e travestis, e como isso provocou um levante e articulações políticas contra os "rondões".<sup>7</sup>

### 2.1 Era Vargas: Leonídio Ribeiro Filho

---

<sup>5</sup> Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>

Acessado em: 08/12/2023

<sup>6</sup> A cisheteronormatividade é a naturalização e normatização de uma forma específica de se relacionar afetivo-sexualmente: um homem cisgênero se relacionando com uma mulher cisgênero, supondo uma linearidade entre corpo somático, prática sexual e identidade de gênero, linearidade que mantém o binarismo masculino-feminino.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/operacao-tarantula-trans-travestis-ditadura/> Acessado: 09/12/2023

Para começar, é preciso introduzir o médico legista Leonídio Ribeiro Filho (1893-1976), professor de medicina legal na Faculdade Fluminense de Medicina, é considerado um dos maiores nomes da história da endocrinologia brasileira do século 20, cujos escritos na esfera das discursividades científicas produziram verdadeiros absurdos sobre pessoas negras, indígenas e homossexuais criminalizados. Cabe salientar que dentro da categoria de homossexuais, eram englobadas todas as pessoas desviantes, a saber, a partir das terminologias hoje utilizadas: gays, lésbicas, travestis, transmasculinos e pessoas trans.

O médico investigou temas como: homossexualismo (sic), inversão sexual, biotipologia de criminosos, criminologia e endocrinologia, sendo uma forte influência para pesquisadores brasileiros no decorrer do século 20 (Gutman, 2010). Formou-se médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1916, com foco em endocrinologia. Formado, assume concurso na Polícia Civil do Distrito Federal, vindo a atuar por alguns meses no serviço público como médico criminalista. Em 1918, foi nomeado tenente-médico e enviado à França para uma missão médica para atuar na 1ª Guerra Mundial. Foi condecorado pelo governo francês e brasileiro pela sua atuação na missão, e recebeu mais tarde o título de “Doutor Honoris Causa” pela Universidade de São Paulo (Ribeiro, 2021).

Nas primeiras décadas do século XX, as investigações científicas buscavam promover a dissociação do homossexualismo como pecado, para então ser alocado como uma questão médica, uma doença; e é na construção dessas narrativas científicas que Leonídio encontra uma oportunidade para traçar a sua trajetória acadêmica e profissional (Gutman, 2010).

Ao longo de sua pesquisa analisando homossexuais detidos pela polícia (a maioria presos na Praça Tiradentes no Rio de Janeiro) tendo como referência estudiosos do assunto como os médicos espanhóis Gregório Maranon e Cesare Lombroso, Leonídio Filho demarcou o homossexualismo como uma anormalidade endocrinológica que, potencialmente, poderia produzir criminalidade, ou seja, um problema biológico que se transformava em problema social, cuja solução só poderia passar pelo intercurso de criminologia biologicamente embasada, apesar de não considerar as práticas homossexuais em si crimes.

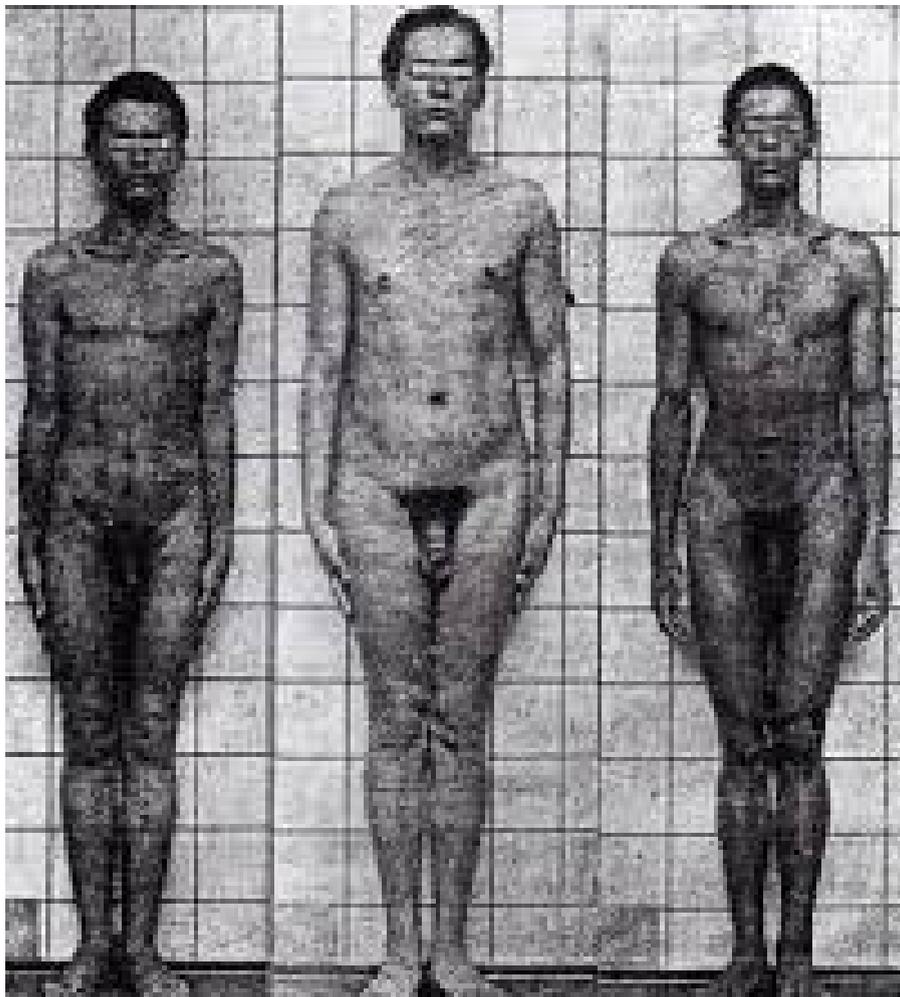
Seu estudo científico e criminológico era uma obra de “ciência e humanidade” (Ribeiro, 1938), pois somente uma criminologia embasada na ciência poderia ajudar a resolver esse e outros problemas nacionais, produzindo assim, medidas de “segurança pública” (Ribeiro, 1935), “no entanto, a prática de examinar homossexuais detidos foi contestada como uma 'violência', como ilegal, pelo advogado Mario Bulhões Pedreiras” (Ribeiro, 1936, p.60), o que não impediu que o médico publicasse, em 1938, o seu livro mais famoso.

O livro *Homossexualidade e endocrinologia* (1938), começou a ser produzido nos primeiros anos da década de 1930, fruto de um estudo incompleto do problema da inversão sexual, já que apenas abordava a questão da homossexualidade masculina (Ribeiro, 2021):

A imageria discursiva da obra impressiona o leitor porque revela a técnica, a abordagem e os dispositivos metodológicos da época com os quais o saber médico, antropológico, criminalista e jurídico, numa engrenagem interdisciplinar, validava discursos sobre alguns indivíduos subjetivados como portadores de patologias hormonais e de desvios psiquiátricos contra a moral, os costumes e a boa conduta. No diagnóstico do corpo homossexual, basta que se comprove através de técnicas, métodos e tecnologias, seu espectro de “desvio” (da voz, dos gestos, do olhar, das frases e do rosto), deixando escapar a “feminilidade” em lugar da “virilidade”, historicamente construídas, para o médico dar um veredito e, assim, poder afastá-lo das ruas e da convivialidade social, para assim, medicá-lo, corrigi-lo e pedagogizar seu corpo e sua mente. (Ribeiro, 2021, p. 151)

Além dos espectros de desvio, o cientista disserta sobre a participação das glândulas endócrinas na constituição da sexualidade humana, na inversão sexual como patologia com predisposições a condutas criminosas. Foram analisados, em seus estudos, 195 indivíduos homossexuais, dentre esses, 67 eram pessoas negras, apreendidas pelo Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro (Ribeiro, 1938) . Um dos testes aplicados foi o de fotografar os indivíduos nus (figura 1), pois o cientista defendia a tese que homossexuais poderiam ser identificados a partir do formato da pélvis, supostamente diferente de homens heterossexuais. Leonídio buscava comprovações endócrinas-patológicas, para demonstrar que a inversão sexual tinha caráter clínico e não moral.

Figura 1 - Análise endocrinológica da pélvis



Fonte: Autor: Leonidio Ribeiro, 1938.

Além da pélvis, o formato dos peitos triangulares e com presença de ginecomastia bilateral (figura 2) e a ausência de pelos na barriga, pernas e braços, ou o formato dos pelos pubianos semelhantes a de mulheres também foram analisados, além de caracterizar que pessoas com tireoide eram mais propensas a serem homossexuais, logo delinquentes. Os ditos homossexuais foram classificados em três grupos (figura 3): brevilíneo, normolíneo e longilíneo, onde eram agrupados a partir do tamanho de seu tronco e a relação com seus membros. As três categorias

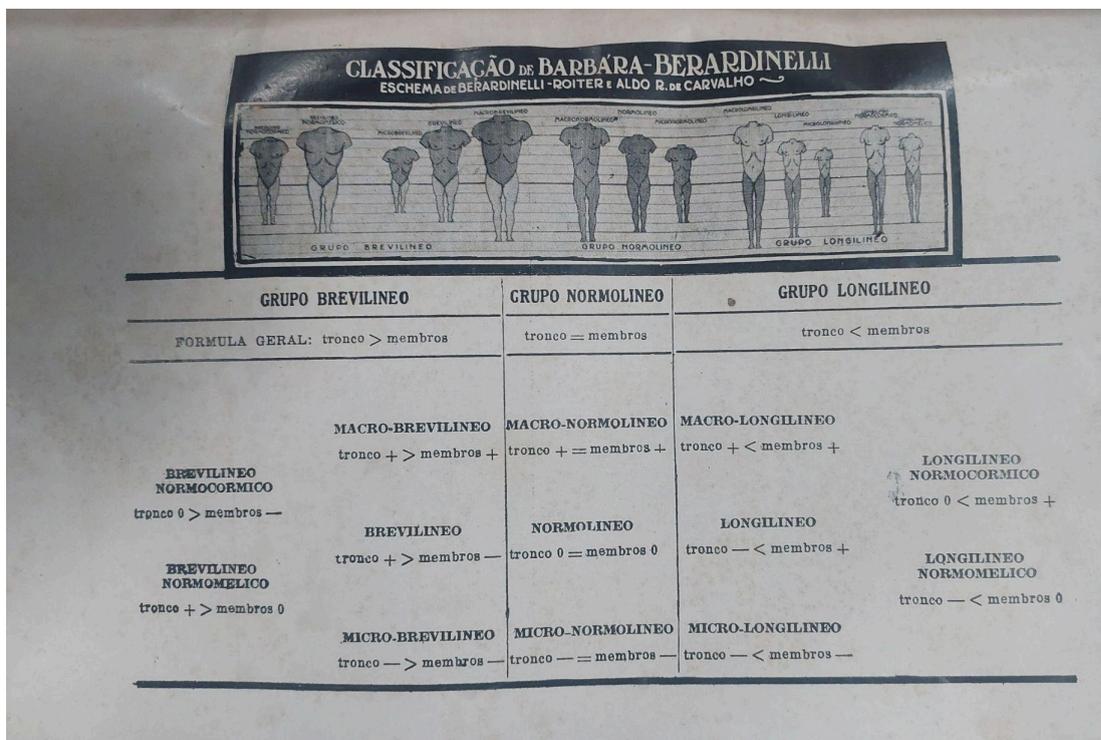
eram caracterizadas como delinquentes, sendo cada uma suscetível a cometer mais um tipo de crime ou se o crime tinha mais ou menos violência física.

Figura 2 - Presença de ginecomastia bilateral



Fonte: Autor: Leonidio Ribeiro, 1938.

Figura 3 - Classificação Berardinelli



Fonte: Autor: Leonidio Ribeiro, 1938.

Ainda, uma questão para fechar o registro que introduz alguns estudos da ciência para discriminar homossexuais, diz respeito a lésbicas e aqui também incluímos pessoas trans masculinas, que, segundo o médico, não apareciam como objeto de estudo, dada a raridade ou sua dificuldade de demonstração (Ribeiro, 2021). Outro aspecto, a partir de diversas leituras, e de registros visuais, Leonídio considerava pessoas trans e travestis como homossexuais, pois tais termos ainda não faziam parte do léxico utilizado pela ciência e criminologia.

Assim, podemos observar que a definição e classificação de homossexuais no livro de Leonídio Ribeiro revela as muitas origens de discursos que criminalizam e promovem violências históricas contra corpos comunidade LGBTIAPN+ e que colaboram no desenho de estigmas no que tange corpos dissidentes. *Homossexualismo e endocrinologia (1938)* é um livro que avalizou saberes científicos para promover discriminação e consolidar o racismo científico no Brasil, promovendo técnicas de subjetivação a partir das teses eugenistas do século 19. Ainda hoje, de alguma forma, a herança dessas técnicas discursivas, suas violências e discriminações ganham novos contornos, e atravessam diversos campos da produção científica, como na antropometria - campo do qual a ergonomia e o Design se alimentam. Contornos alimentados também por leis e práticas policiais como as que veremos a seguir, e que se deram muitas décadas após o desenvolvimento da ciência discriminatória do início do século XX.

## 2.2 Pós Ditadura Militar: Operação Tarântula

Em seu livro, *Ditadura e Democracia*, Pedro Bicalho escreve que “o final dos anos 1980 é marcado pelo processo de redemocratização do país, momento em que aberturas políticas inflamáveis de renovação nas coletividades após décadas de regime ditatorial” (Bicalho, 2013, p. 13). Marilena Chauí e Marco Aurélio Nogueira (2007), ao refletirem sobre esse período histórico, sinalizam que por ter se dado de forma progressiva, é simplista marcar uma data fixa que marque o momento de redemocratização. Os anos finais da década de 1980 foram o momento em que o estado brasileiro começou a se reorganizar democraticamente (Chauí; Nogueira, 2007).

Entretanto, nesse período de abertura e proteção da população em vulnerabilidade, pessoas dissidentes de gênero, como pessoas trans e travestis não faziam parte do processo de redemocratização. Suas existências continuavam sob a violência da ditadura do normal (e moralmente aceitável). Entre fevereiro e março de 1987, acontece o planejamento de uma grande operação policial em São Paulo que ganha o nome de “Operação Tarântula”. Uma nota na Folha de São Paulo, publicada no dia primeiro de março de 1987, chama a atenção por ser um tímido apontamento da época marcando a existência de uma operação planejada diretamente contra travestis.

Figura 4 - Recorte de Jornal sobre a relação da epidemia da AIDS com travestis



Fonte: Folha de São Paulo, 1997.

O artigo *Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização* evidencia que “os discursos sobre a AIDS operam como legitimadores de uma série de violações e têm a função de demarcar inimigos a serem combatidos” (Cavalcanti, Barbosa, Bicalho 2018, p. 2). No contexto brasileiro, a grande mídia passa a abordar o tema exatamente no momento da redemocratização, e paradoxalmente cria-se um discurso coletivo que observa seletivamente os casos recém descobertos, mantendo o foco nas pessoas LGBTIAPN+ - tratando a doença como câncer gay - e invisibilizando casos de contaminação entre heterossexuais cisgêneros (BARATA, 2006).

As travestis que conviviam nas esquinas e ruas, recorrendo à prostituição para poder sobreviver e, portanto mais vulneráveis ao vírus HIV, se encontravam em estado de maior vulnerabilidade, pois nem sempre durante os programas de sexo era possível garantir o uso da camisinha, tanto pela maior dificuldade de acesso ao preservativo e a baixa conscientização sobre sua importância na época, como pelo fato do cliente muitas vezes não aceitar o uso, uma realidade vivida até hoje (Cavalcanti, Barbosa, Bicalho, 2018).

Diante dessa situação, que associava, com o reforço da mídia brasileira, a epidemia da AIDS diretamente as homossexualidades e travestis, em 1987, o delegado José Wilson Richetti e a Polícia Civil de São Paulo organizaram a Operação Tarântula<sup>8</sup>, justificada por um caráter higienista, de limpeza das ruas como política pública de violência contra travestis. A Operação Tarântula, em seu primeiro dia de execução, apreendeu 56 pessoas dissidentes sexuais e de gênero.

Durante o processo de caça a travestis e homossexuais, jornalistas iam às ruas falar com a população para saber a opinião sobre essa caça a travestis. No célebre vídeo em 1988 de entrevistas de Rita Moreira, denominado *Temporada de Caça*, diferentes camadas da população bradavam sem qualquer tipo de vergonha: "Eu acho que tem mais é que assassinar mesmo"; "Tem que matar"; "Acho que está certo. Homem nasceu para ser homem"; "Tenho muita coisa contra eles. Acho que eles estão poluindo a cidade de São Paulo"; "Acho que não deveria existir

<sup>8</sup> Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2023-02-27/operacao-tarantula--perseguiçao-a-pessoas-trans-e-travestis-completa-35-anos.html> Acessado: 08/12/2023

homossexual"<sup>9</sup>. O documentário foi filmado entre 1987 e 1988 e lançado em 1988, exatamente no momento em que ocorria a Operação Tarântula.

A operação não se deu por um tempo muito longo, mas foi suficiente para atingir especialmente as travestis que habitavam as ruas da capital. Em março de 1987 a ação foi suspensa após o secretário da Segurança, Eduardo Muylaert se encontrar com grupos que lutavam pelos direitos LGBTIAPN+, que também enviaram uma nota de repúdio à Secretaria Estadual da Segurança Pública na época. (Cavalcanti; Barbosa; Bicalho, 2018) Logo, a intenção, da operação foi:

[...]entender como a Operação Tarântula surge enquanto condição de possibilidade de um contexto sociopolítico específico mas que, para além dele, aponta pistas para um sistema<sup>10</sup> que entende os corpos travestis a partir de uma política da inimizade (Mbembe, 2016) e da abjeção (Kristeva, 1989). É preciso investigar o modo pelo qual as forças que compõem a concretização de uma operação policial seguem produzindo efeitos, mesmo depois de mais de três décadas. (Cavalcanti; Barbosa; Bicalho, 2018, p. 2)

Ao aproximar dois períodos históricos tão díspares, buscamos evidenciar a persistência dos discursos na produção de subjetividades normativas em diferentes tempos. O caráter condenatório dos estudos sobre homossexualismo de Leonídio e suas associações com a criminologia servem de fundamento para ações como as que descrevemos. Essa persistência até a ditadura militar e para além evidencia um recorte que inclui pessoas em situação de vulnerabilidade - pobres, em situação de rua. Logo, as intenções do médico Leonídio e a Operação Tarântula têm muito em comum, sendo a operação um exemplo do resquício de como os estudos da antropometria aliados a discursos médicos discriminatórios se associam e modificam em diferentes tempos e reverberam em políticas de estado contra essas populações.

### 3 Corporeidade, antropometria e design

Na esteira das diferentes ciências - médicas e criminológicas, lançamos agora olhar para os estudos antropométricos, que nos acompanham ao longo da nossa existência, seja na educação infantil com livros de ciências que abordam o corpo humano, trazendo perspectivas binárias - homem e mulher; e também na medicina corroborando para uma análise biologizante do corpo; ou mesmo nas engenharias, pensando e reforçando, através de representações imagéticas, sobre questões físicas dos corpos e seus limites a partir de análises binárias.

O foco desta seção é dar a ver como o Design aliado a antropometria tem corroborado em seu ensino dentro da ergonomia, nas produções de projetos, na construção de narrativas e imaginários, tem responsabilidade política na produção da abjeção de corpos trans, travestis e não binários. É perceptível a partir dos dois recortes temporais apresentados na seção anterior, como que o estudo do corpo e as pautas médicas imbricam na vigilância (Foucault, 1987), ou seja, nas relações de poder, que combinam a vigilância hierárquica e sanção discursiva (produção de verdades), que conflui na docilização e normatização dos corpos.

Segundo o Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – CREF4/SP, a Antropometria advém da Antropologia física, que estuda as medidas e proporções do corpo humano, envolvendo medidas sistemáticas das propriedades físicas do corpo: dimensões, tamanho corporal, forma e proporções (Michels, 2000; Ross et al., 1988). A antropometria é a determinação precisa dos

<sup>9</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=1bWC3nFCu58>

<sup>10</sup> Sistema é a junção das palavras cisgeneridade com sistema, fazendo uma alusão ao patriarcado cisheteronormativo.

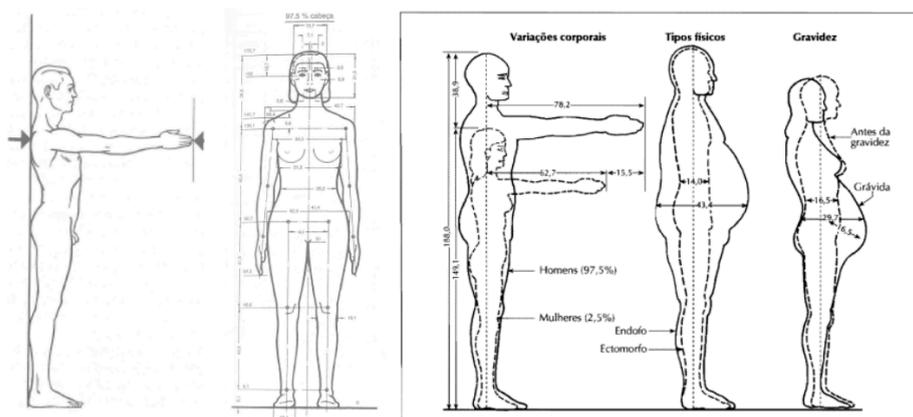
aspectos referentes ao desenvolvimento do corpo humano e as relações existentes entre os aspectos físicos e a performance, considerada também a “área-base” para o estudo do desenvolvimento corporal humano (Meisel; Vega, 2006).

A partir do conceito trazido sobre a antropometria, se faz necessário também relacionar a ergonomia, que é um campo de pesquisa do design e é utilizado quase de forma obrigatória na condução de projetos de produtos. Segundo a CREF4/SP, a ergonomia estuda as relações espaciais e tridimensionais existentes entre o ser humano e o espaço que ele ocupa, utilizado em diversas formas como na produção de mobiliários, vestuários, até mesmo na criação de peças gráficas físicas. A ergonomia se utiliza de questões antropométricas e com isso, reforça categorias de gênero binário.

A partir do estudo realizado em minha pesquisa de mestrado (Autora ocultada, 2023), foi possível analisar as formas como as graduações de design do Rio de Janeiro tem ensinado noções antropométricas, a partir da análise das ementas da PUC-RJ, UFRJ, ESDI e UFF, tendo sido possível evidenciar três biografias presentes em todas instituições na disciplina de ergonomia:: Itiro lida, *Ergonomia: projeto e produção*. 2a Ed. São Paulo: Blücher, 2000; Julius Panero e Martin Zelnik, *Dimensionamento Humano para Espaços Interiores*. São Paulo: GG, 2016; Bernard Weerdmeester e Jan Dul. *Ergonomia prática*; São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

Nessas bibliografias, aparecem discursos que podemos entender como sexistas sobre potência e capacidade corporal a partir da localização do gênero, reduzindo funções biológicas como reprodução e gestação a mulheres cisgêneras (Figura 3), ignorando a existência de homens trans e pessoas trans masculinas, além de sempre vincular a vagina à mulher e o pênis ao homem. (Autora Oculta, 2023)

Figura 5 - Série de imagens que reforçam o binarismo de gênero



Fonte:lida, 2005.

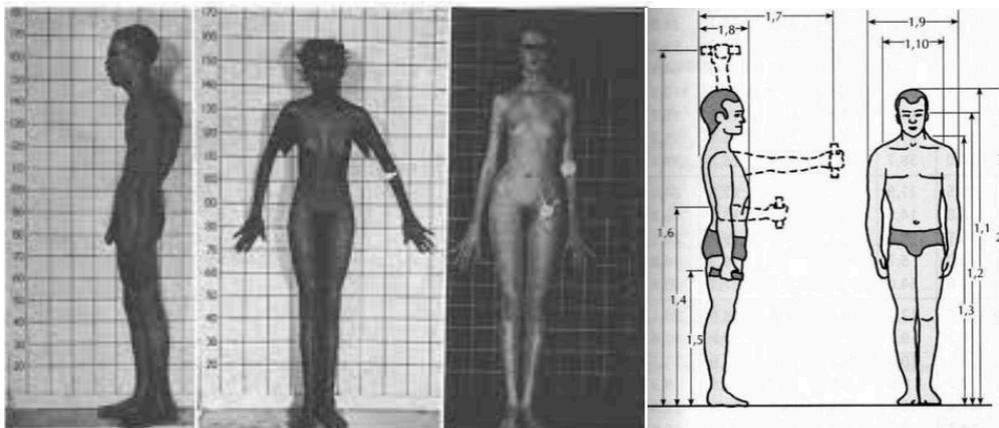
Percebe-se que, mesmo de forma mais velada, os estudos antropométricos ainda traçam quais e como os corpos são medidos, seus limites. Não muito distante de Leonídio (1938), os estudos antropométricos em livros de ergonomia apenas fazem uma inversão, que é o apagamento visual e imaginário de corpos dissidentes, apontando para uma urgente necessidade de atualização de suas formas de representação. Em *Homossexualismo e endocrinologia* (1938), Leonidio tem como foco corpos dissidentes, tornando-os visíveis, mas a que custo para estas populações? Cabe lembrar, que é somente em 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS)

retira o “homossexualismo” da patologia CID-10, e mais, é somente em 2024 que a transexualidade é retirada do CID como transtorno mental, com a reformulação do CID-11. Ou seja, no período dos estudos de Leonídio e até muito recentemente, operava uma permissão discriminatória científica para atentar contra a vida de homossexuais e travestis.

Nos dias atuais ainda surgem pesquisas e produções acadêmicas que tentam identificar a homossexualidade ou a transgeneridade no corpo a partir de estudos científicos. A Tailândia, país onde muitas pessoas trans recorrem para fazer cirurgias de redesignação de gênero, tem produzido artigos como por exemplo o “Um estudo antropométrico de orientação sexual e identidade de gênero na Tailândia” (Skorska, Coome, Peragine. 2021), que são divulgados por repositórios digitais de grande alcance. Esse artigo especificamente mostra uma das técnicas onde especialistas em antropometria utilizam os tamanhos dos dedos indicador (D2) e anelar (D4) para justificar que, se homens e mulheres tiverem ambos os dedos proporcionais, eles seriam considerados gays e lésbicas, e se os dedos fossem diferentes em seu comprimento, seriam heterossexuais. Esse texto foi indicação de um parecerista de um congresso de ergonomia brasileiro, tendo considerado o material como uma boa pesquisa e que refletia uma boa produção do campo da ergonomia.

Corpos trans, travestis e não binários, continuam sendo discriminados por políticas pautadas na medicina e como explicitado anteriormente, vivemos ainda sob os resquícios dos estudos científicos de Leonídio (1938), que reverberam na reafirmação da representação binária dos corpos nas literaturas de ergonomia.

Figura 6 - Relação de comparação dos estudos antropométricos de Leonídio e de Itiro lida.



Fonte: Leonídio, 1938 e lida, 2005.

Ao pensar graficamente sobre a forma que ilustramos e desenhamos os corpos, fica evidente as denúncias de abjeção que diversos corpos trans sofrem pela ausência de representação em publicações. Consoante aos dados e estatísticas sobre agressões e assassinatos (Antra 2020 2021, 2023), esse apagamento continua colaborando, ainda que indiretamente, com o aumento das violências contra a população LGBTIAPN+. A falta de representatividade de corpos em literaturas científicas, reforça que corpos dissidentes são anormais, o mesmo argumento utilizado na operação tarântula, que se utilizou imagetivamente e discursivamente da epidemia da AIDS, para criar um inimigo da sociedade. O Design enquanto campo do saber, precisa trazer para o debate uma revisão sobre as possibilidades imagéticas de representação de corpos em suas produções sobre ergonomia.

Por isso, é imprescindível a criação de estudos, léxicos e uma nova construção imagética nas produções antropométricas, para que a população LGBTIAPN+, possa habitar outros imaginários, e sua representação refletiva nas diversas formas de representação do corpo.

#### 4 Considerações finais

Encerramos esta escrita com Jota Mombaça (2021, orelha do livro ) que questiona: “como desfazer o que me tornam?” Aqui cabe afirmar que onde opera o poder, opera também uma resistência dos corpos vigiados por sistemas de controles, corpos esses que seguem de pé, apesar das adversidades de um ambiente dominado por padrões opressivos, na negação da representação, pela obsessão em nos negar, na inútil tentativa de nos aprisionar simbolicamente.

A população travestigener<sup>11</sup> ainda vive operações tarântulas diariamente em diferentes modos e medidas. É preciso quebrar com o pacto da cisheteronormatividade, para que possamos criar novos espaços dentro da sociedade e nos façamos presentes nos livros de antropometria, vejamos nossos corpos representados nas diferentes propostas projetuais. O Brasil é, pelo 14º ano consecutivo<sup>12</sup>, o país que mais mata pessoas trans no mundo. Se faz necessário com urgência, reimaginar, redesenhar uma academia que enxerga pessoas trans para além da prostituição, além da abjeção e da morte. O campo do Design não está isento, e precisa tomar consciência da sua responsabilidade política, se alinhando a pautas sociais da comunidade civil, a fim de ser um aliado para estudos e projetos que também protagonizem corpos trans.

É de grande importância criticar e repensar estudos dentro das áreas de Antropometria e Ergonomia que reproduzem discursos derivados de políticas higienistas e que classifiquem pessoas dissidentes de gênero e sexualidade como um perigo para a sociedade. É inadmissível que nossos corpos ainda sejam experimentos da medicina para nos alocar em transtornos ou nos classificar a partir de características corporais. E neste sentido podemos colocar a pergunta: como medir um corpo trans?

A partir de práticas coletivas e dissidentes, temos pensado a partir do design gráfico, outras maneiras de colocar na centralidade corpos que estão nas margens. Como corpos dissidentes de gênero e sexualidade podem tomar as rédeas da criação de outros imaginários? E mais, como nos articulamos enquanto coletivos e comunidade para repensar não só imageticamente, mas também textualmente?

Enquanto corpos ativistas e políticos, é necessário que criemos caminhos outros para criar esse imaginário. As potencialidades desta escrita se dão na percepção de sermos no mundo agentes de mudança, mesmo com as adversidades, o hackeamento de práticas normativas precisam acontecer na medida que o incômodo de não se ver no mundo é maior que viver em sombras. A quem pertence a possibilidade de ter humanidade? A partir de uma sociedade cheia de “humanos”, o que seria o não humano? Se somos colocadas nesses não lugares (Augé, 2012), José Gil complementa que ao “revelar o que deve permanecer oculto, o corpo monstruoso subverte a mais sagrada das relações entre a alma e o corpo: a alma revelada deixa de ser uma alma, torna-se, no sentido próprio, o reverso do corpo, um outro corpo, mas amorfo e horrível, um

---

<sup>11</sup> Termo cunhado por Indianarae Siqueira, disponível em: <https://www.instagram.com/p/C0ngHj7uQVj/> Acessado: 09/12/2023

<sup>12</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-pelo-14o-ano-consecutivo-diz-relatorio.html> Acessado: 09/12/2023

não-corpo” (Gil, 2006, p. 79).

Voltamos à pergunta de como medir um corpo trans e, transformamos essa indagação para, como medir corpos? É importante levar em conta que modificações corporais já não são atreladas apenas a pessoas dissidentes de gênero e, as medidas fixas e rígidas não são compatíveis nem com a cisgeneridade representada nos livros de ergonomia supracitados, ou mesmo em estudos antropométricos. Finalizamos esse texto e essas reflexões com peças gráficas políticas, que ilustram essa indagação e objetivam subverter e incomodar práticas já estabelecidas.

Figura 7 - Cartazes feitos em oficinas coletivas com pessoas trans



Fonte: Autora, 2024

## 5 Referências

- ANTRA. Dossiê: **assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.
- ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.
- ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021
- Augé, M. **Não-Lugares – Introdução A Uma Antropologia Da Sobremodernidade**, Lisboa, Editora Letra Livre. (2012) [1992]

BARATA, G. F. **A primeira década da aids no Brasil: O Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992)** (dissertação de mestrado). Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2006.

BEZERRA, G.; RIBEIRO, J. **O discurso médico científico em “Homossexualismo e endocrinologia” (1938): representações de “sujeito anormal” na obra de Leonidio Ribeiro.** Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC), v. 7, n.2, Itapetininga-SP, 2020, p.128-147. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1732>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BICALHO, P. P. G. **Ditadura e democracia: qual o papel da violência de Estado?** In: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (Org.), Entre garantia de direitos e práticas libertárias (pp. 13-34). Porto Alegre, RS: o autor, 2013.

CAVALCANTI, C; BARBOSA, R.B. & Bicalho, P.P.G. (2018). **Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização.** Psicologia: Ciência e Profissão, 38(n.spe.2), 175-191. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>

CHAUÍ, M; & NOGUEIRA, M. A. (2007) **O pensamento político e a redemocratização do Brasil.** Lua Nova, (71), 173-228. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200006>

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia. Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf) . Acesso em: 09 ago. 2024 .

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete.** Petrópolis, Vozes, 1987. 288p. Do original em francês: Surveiller et punir.

FRIEDLI, L. **“Mulheres que se faziam passar por homens”:** um estudo da fronteira entre gênero no século XVIII in ROUSSEAU, G. S. e PORTER, Roy (orgs.), **Submundo do sexo no Iluminismo,** Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

Gil, J. **Monstros.** Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

GOMES, I. T; SANTOS, M; **Leonardo da Vinci, o “Homem Vitruviano” e a Anatomia.** Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária, 2009.

[Autora Ocultada para avaliação]. **Design abjeto: o queer eu tenho a ver com isso?.** 2023. 113 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GUTMAN, G. **Criminology and Forensic Anthropology.** A central character: Leonidio Ribeiro. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. 13. 482-497, 2010. 10.1590/S1415-47142010000300008.

IIDA, I. **Ergonomia: projeto e produto.**São Paulo: Edgard Blucher, 2000

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEITE JÚNIOR, J. **Nossos Corpos Também Mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico.** 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)

– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:  
<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3992>. Acesso em: 9 maio 2024.

KRISTEVA, J. **Powers of horror. An Essay on Abjection**. Nova York: Columbia University Press, 1982.

MBEMBE, A. **Necropolítica. Arte & Ensaios**, 32, 123-151, 2016.

MENEZES, Yasmin; GRASSINE, Felipe; ALTMAYER, Guilherme. **Design e gênero: marcações binárias na Ergonomia**. Arcos Design, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 258–275, 2023. DOI: 10.12957/arcosdesign.2023.73151. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/73151>. Acesso em: 9 ago. 2024.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. 1. esd. - Rio de Janeiro, Cobogó, 2021.

MEISEL, A.; VEGA, R. M. **Los orígenes de la antropometría histórica y su estado actual**. Cuadernos de Historia Económica y Empresarial, v. 1, n. 18, p. 1-72, 2006

MICHELS, G. **Aspectos históricos da cineantropometria do mundo**. Brazilian Journal of Kinanthropometry and Human Performance, v. 2, n. 1, p. 106-110, 2000.

SCHIEBINGER, L. **¿Tiene sexo la mente? Las mujeres en los orígenes de la ciencia moderna**. Madrid: Cátedra; 2004.

SOUZA, V; VENTURA, R. **Corpos, medidas e nação: antropologia física na capital da República brasileira na primeira metade do século XX**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 3, p. 639-643, set.-dez. 2012

RIBEIRO, L. **O problema médico-legal do homossexualismo**. Revista Jurídica – Órgão Cultural da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, v. 3, p. 185-203, 1o semestre de 1936.

RIBEIRO, L. **Homossexualismo e Endocrinologia**. Revista Brasileira – Síntese do Momento Internacional, n. 9, p. 155-168, jul.-ago. 1935b.

RIBEIRO, L. **Homossexualismo e Endocrinologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

RIBEIRO, J. **Subjetividade e verdade científica no discurso eugenista de Leonídio Ribeiro: “inversão sexual diante dos códigos”**. Interfaces vol. 12 n° 3, 151, 2021

RODRIGUES, T; PORTINARI, D. **Gênero no Design: a reprodução dos ideais de masculinidade e feminilidade**. Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, Belo Horizonte – MG, v. 9, ed. 2, p. 814-823, 2016. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/ped2016/0070.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2024.

ROSS, W. D. et al. **Relationship of the body mass index with skinfolds, girths, and bone breadths in Canadian men and women aged 20-70 years**. American Journal of Physical Anthropology, v. 77, n. 2, p. 169173, 1988.

SKORSKA, M; COOME, L; PERAGINE, D et al. **Um estudo antropométrico de orientação sexual e identidade de gênero na Tailândia**. Sci Rep 11 , 18432, 2021.  
<https://doi.org/10.1038/s41598-021-97845-9>

TREVISAN, J. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed.  
Rio de Janeiro: Record, 2000.